



**MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL**

ATA DA REUNIÃO ORDINARIA REALIZADA NO DIA
17 DE FEVEREIRO DE 2016

N.º 05/2016

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.ª Silvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes, Prof.ª
Sandra Maria Morais Guedes Gonçalves e Prof.ª Maria Arlete
Canário Taveira da Costa Gouveia. -----

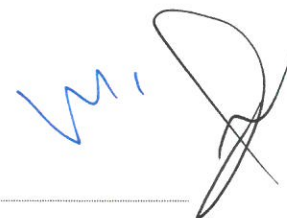
AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Não Houve. -----

SECRETARIOU: António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:00. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não Houve. -----

ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada em minuta no final da respetiva reunião. -----



SUMÁRIO

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Pág.

1 - Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2 – Aprovação de Estatutos.....	3
2 – Proposta de Regulamento para Concessão de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários do Município de Santa Marta de Penaguião.....	6
3 – Relatório de Avaliação do Cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição – 2015.....	8
4 - Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fontes – Comemorações dos 50 Anos – Pedido de Participação Financeira	9

DIVISÃO ADMINISTRATIVA,

FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS

5 – Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis – Exercício do Direito de Preferência.....	10
--	----

Serviços de Tesouraria

6 – Resumo dos Fluxos de Caixa de 02 a 10 de fevereiro de 2016.....	10
---	----

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

7 – Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto – Requerente: Deolinda Maria Novais Camilo – União de Freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane.....	11
--	----

UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO

AÇÃO SOCIAL E TURISMO

Serviço de Desporto

8 – Grupo Cultural e Desportivo de Sever – Programa de Desenvolvimento Desportivo – Época 2015/2016	13
---	----



ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2

Aprovação de Estatutos

----- 1 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “ A natureza jurídica da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2, é definida como uma associação de direito público de fins específicos, pois a atividade que se pretende desenvolver é de inegável interesse público. -----

----- A associação de fins específicos é constituída por contrato no qual devem constar as participações de cada município associado e a forma de governo, que deve acolher o que, nessa matéria, prevê o Código Civil para as associações de direito privado. -----

----- O modelo que mais se adequa ao fim em vista é, pois, o da constituição de uma associação de fins específicos prevista na lei nº 75/2013 (artº 108º), porque: -----

----- • É uma pessoa coletiva de direito público; -----

----- • Está subordinada e desenvolve a fins de interesse público; -----

----- • O objeto social, interessando ao desenvolvimento económico e territorial dos municípios participantes impõe que o seu escopo seja de interesse público; -----

----- • A sua criação e constituição está exclusivamente dependente das deliberações dos seus órgãos executivos e deliberativos (embora com sujeição a visto prévio do Tribunal de Contas); ---

----- • Os participantes da associação são, exclusivamente, os municípios; -----

----- • Os municípios podem definir e negociar livremente entre si os estatutos e as participações que cada um terá na entidade a criar. -----

----- • Algumas das exigências que o RJAEL (regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais) contém para que os municípios possam constituir ou participar nas entidades aí previstas, não são aplicáveis às associações de fins específicos (Lei n.º 75/2013, de 12 de Agosto). -----

----- Pretendeu-se que o objeto social seja abrangente para poder abarcar uma multiplicidade de atividades conexas com as atribuições dos municípios, embora obedecendo ao princípio da especialidade a que estes estão submetidos, enquanto pessoas coletivas. -----



----- Quanto aos direitos e deveres dos municípios associados pretendeu-se que ocorresse uma previsão estatutária proporcional e adequada, obedecendo às diretrizes legais, mas sem ser demasiado impositiva ou sancionatória, tendo em conta a natureza democrática das autarquias. Pretendeu-se sancionar a inobservância dos deveres de prestação pecuniária (quotizações) como último recurso. -----

----- A estrutura orgânica da Associação consistirá, apenas em três órgãos (deliberativo, executivo e fiscalizador), em obediência ao figurino legal, no intuito de minimizar a estrutura organizativa, evitando custos e agilizando decisões. -----

----- Pretendeu-se circunscrever o exercício das funções dos órgãos da Associação a eleitos locais (membros dos órgãos executivos), e obter a coincidência entre o mandato autárquico e os mandatos orgânicos da Associação, por forma a prever que, eventuais mudanças dos titulares dos órgãos municipais, tenham necessária correspondência na titularidade dos órgãos da Associação. -----

----- Exige-se que os membros do Conselho Diretivo sejam membros do órgão executivo de um dos municípios associados e que o Presidente do Conselho Diretivo seja obrigatoriamente Presidente da Câmara Municipal de um desses municípios. -----

----- Pretendeu-se prever que o quórum das reuniões dos órgãos da Associação fosse minimamente assegurado, mas permitindo que as decisões pudessem ser tomadas com agilidade evitando que as ausências pudessem perturbar o normal funcionamento da Associação. -----

----- Pretendeu-se observar a previsão legal das competências dos diversos órgãos, fazendo enfoque na Assembleia Geral, por forma a que as decisões mais relevantes pudessem ter prévia discussão por todos os municípios associados. -----

----- Pretendeu-se que a contratação de pessoal ficasse dependente de decisão da Assembleia Geral, a fim de agregar todos os municípios nesse tipo de contratação. -----

----- Pretendeu-se atribuir à Assembleia Geral a fixação das contribuições financeiras dos municípios. -----

----- Entendeu-se prever a maioria qualificada de dois terços para a alteração estatutária, a que acresce a exigência de que essa alteração tenha, ainda, a prévia deliberação de dois terços das assembleias municipais dos municípios associados. Esta previsão pretende salvaguardar o sentido de voto dos órgãos deliberativos municipais ao aprovarem a constituição da Associação.



----- A renúncia e exclusão dos associados pretende manter as garantias e direitos mínimos de todos os associados (quer os que mantêm essa qualidade, quer os que a perdem) com carácter proporcional e adequado. -----

----- Pretendeu-se que a adesão de novos Municípios em momento posterior ao ato constitutivo dependa do consentimento prévio de três quartos dos associados (em reunião da Assembleia Geral por unanimidade dos membros presentes na reunião), por forma a incentivar os interessados a participarem no ato constitutivo, não obstante ser previsível o número máximo de associados, tendo em conta o facto de ser exigível que se localizem numa zona territorial abrangida pela EN2. -----

----- No ato constitutivo é declarada a aprovação do Regulamento Interno Geral da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2, para que fique, desde logo, prevista a regulamentação de adesão como parceiros (não associados) de freguesias e entidades públicas e privadas. -----

----- Quanto à adesão de Freguesias com a Associação é exigível a prévia autorização do município associado (quando o respetivo município seja associado), por forma a evitar querelas internas municipais que perturbem o normal relacionamento orgânico e institucional da Associação com os associados. -----

----- Pretendeu-se salvaguardar a possibilidade de todos os municípios que se localizem numa zona territorial abrangida pela EN2 possam aderir aos fins e atividades da Associação, independentemente das suas particularidades internas a qualquer título. -----

----- Exige-se a observância de sigilo nos assuntos que interessam à Associação, e a proteção da denominação ou marca que venha a ser legalizada. -----

----- Considerando todos estes pontos, que salvaguardam inteiramente a posição deste e dos outros municípios envolvidos, proponho ao executivo a aprovação dos referidos estatutos. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, os Estatutos da Constituição da Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2, nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e submeter à apreciação da Assembleia Municipal, para os efeitos previstos na alínea u) n.º 1 do artigo 25.º do mesmo anexo.** -----



**Proposta de Regulamento para Concessão de Benefícios Sociais aos
Bombeiros Voluntários do Município de Santa Marta de Penaguião**

---- 2 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

---- “O voluntariado é uma atividade inerente ao exercício de cidadania que se traduz numa relação solidária para com o próximo, participando, de forma livre e organizada, na solução dos problemas que afetam a sociedade em geral. -----

---- Incluem-se nesta atividade os bombeiros voluntários que sob o manto inconfundível do desinteresse e do voluntariado, repartem diariamente abnegação, altruísmo, solidariedade e heroísmo. -----

---- A proteção de vidas humanas e bens em perigo, tantas vezes conseguidas por atos de coragem e abnegação dos «soldados da paz», deve ser credora do incondicional reconhecimento da comunidade e das suas instituições, pelo que é desejável e necessário promover o apoio social aos Bombeiros Voluntários do Município, não só pelo desempenho de tão nobre atividade, mas também para incentivar a permanência e à adesão a esta causa.

---- Os benefícios constantes desta proposta aplicar-se-ão apenas aos elementos dos corpos de bombeiros do Município, extensivos aos familiares diretos dos mesmos (cônjuge ou companheiro(a) e filhos), que preencham cumulativamente, os seguintes requisitos, devidamente comprovados: i) ter mais de 16 anos de idade; ii) possuir a categoria igual ou superior a cadete; iii) constar dos quadros homologados pela Autoridade Nacional de Proteção Civil; iv) ter mais de um ano de bons e efetivos serviços de bombeiro; e v) estar na situação de atividade no quadro, ou de inatividade em consequência de acidente ocorrido no exercício das suas missões ou de doença contraída ou agravada em serviço. -----

---- Estarão excecionados dos referidos benefícios os bombeiros que se encontrem no quadro de honra e no quadro de reserva, assim como os que se encontrem suspensos por ação disciplinar ou outra. -----

---- Salienta-se que, no exercício das funções que lhe foram confiadas, os bombeiros estão vinculados ao cumprimento dos seguintes princípios: i) observar e compreender escrupulosamente as normas e regulamentos legais, aos atos praticados; ii) atuar com dedicação, competência, zelo, assiduidade e correção; e iii) cooperar, ao nível municipal e distrital, com os organismos da proteção civil. -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 05 de 17 de fevereiro de 2016



----- Assim, considerando que a ação social e a proteção civil são atribuições do Município, previstas nas alíneas h) e j) do n.º 2 do artigo 23.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

----- Considerando que, para efeitos de aplicação do regulamento, cujo projeto se apresenta para apreciação e consequente aprovação, são bombeiros voluntários, os indivíduos que, integrados voluntariamente em corpos de bombeiros, com a missão de proteção de vidas humanas e bens em perigo, mediante a prevenção e extinção de incêndios, socorro de feridos, doentes, ou ainda de outros serviços previstos nos regulamentos e demais legislação em vigor; -----

----- Considerando que os encargos financeiros, cuja projeção do seu impacto económico no orçamento municipal, associados à execução do referido regulamento, se estima para o ano de 2016, de 20.945,16€; -----

----- Considerando que o valor referido, resulta: -----

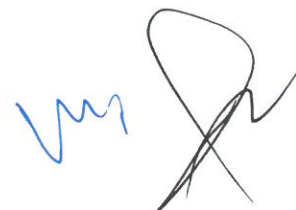
- a) Da ponderação/projeção de utilização pelos bombeiros e familiares diretos associados, na utilização das piscinas municipais e pavilhão gimnodesportivo, no valor de 8.437,60€;
- b) Da ponderação/projeção na redução das tarifas de abastecimento de água, de saneamento e de resíduos sólidos, no valor de 1.310,03€; -----
- c) Dos custos reais dos restantes benefícios, no valor de 11.197,50€; -----

----- Anualmente e para os anos subsequentes, será feito o apuramento do respetivo impacto económico, o qual integrará os documentos previsionais a aprovar pelo órgão executivo e deliberativo municipal. -----

----- Considerando, no entanto, que da proposta do regulamento, inclui a concessão de reduções ou isenções de taxas à luz do disposto no artigo 14.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, deverá a Assembleia Municipal intervir, com vista à aprovação do regulamento, nos termos conjugados das alíneas k), do n.º 1 do artigo 33.º e g) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- Considerando, por último, que o regulamento vem consagrar um regime jurídico favorável aos particulares, ou seja aos bombeiros pertencentes às Corporações existentes no Município, que reúnam os requisitos nele enumerados, não contendo normas imediatamente operativas que afetem de modo direto e imediato os direitos ou interesses legalmente protegidos e, por conseguinte, não carecer de audiência dos interessados; -----

----- Nestes termos, propõe-se ao Executivo Municipal que delibere aprovar: -----



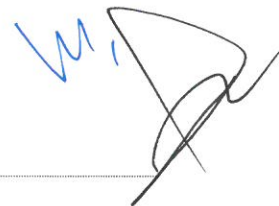
- a) A proposta de Regulamento de Concessão de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários do Município de Santa Marta de Penaguião, nos termos do disposto nas alíneas k) e u), do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;
- b) Submeter aquela proposta, caso seja aprovada, à Assembleia Municipal para efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----
- c) Que, em caso de aprovação pelo Órgão Executivo e Deliberativo, deverá ser dado a conhecer às Corporações de Bombeiros do Município, bem como proceder à sua divulgação por meio de edital, a afixar no Edifício dos Paços do Município, nos lugares públicos, no sítio da *internet* do Município e mediante publicação no Diário da República." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a proposta de Regulamento para a Concessão de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários do Município de Santa Marta de Penaguião, nos termos da alínea k) do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e submeter à apreciação da Assembleia Municipal, para os efeitos previstos na alínea g) n.º 1 do artigo 25.º do mesmo anexo.** -----

Relatório de Avaliação do Cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição - 2015

----- 3 – Presente à reunião Relatório de Avaliação do Cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição – 2015, para conhecimento do Executivo Municipal, em cumprimento do n.º 2 do artigo 10.º do Estatuto do Direito de Oposição, aprovado pelo Lei n.º 24/98, de 26 de maio. -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento e enviar o Relatório de Avaliação do Cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição – 2015, ao Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e aos titulares do direito de oposição a fim de que sobre ele se pronunciem, nos termos do n.º 2 do artigo 10.º do Estatuto do Direito de Oposição, aprovado pela Lei n.º 24/98 de 26 de maio.** -----



**Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de
Fontes - Comemorações dos 50 anos
Pedido de Comparticipação Financeira**

----- 4 – Presente à reunião ofício da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fontes, registado sob o n.º 119 de 19 de janeiro do corrente ano, com o seguinte teor: -----

----- “É já no dia 9 de Março que esta Associação de Bombeiros Voluntários, completa 50 anos de existência. -----

----- Muitos foram os sacrifícios que enfrentamos, muitas as desilusões que nos faziam temer o caminho percorrido e a percorrer, mas também algumas alegrias por sabermos que esta pequena Associação tinha conseguido igualar as demais do distrito no desempenho da sua nobre missão. -----

----- Igual missão foi a de todos aqueles que ao longo dos anos na sua qualidade de bombeiros e dirigentes, tudo fizeram para que o tão almejado cinquentenário também fosse meta alcançável.

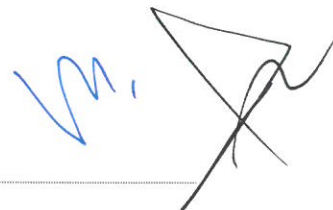
----- Vamos festejar o cinquentenário, mas queremos que algo marcasse esse dia. -----

----- São, como sabe, difíceis os dias que atravessamos, e daí a situação económica da Associação não deixar que exista um fundo de reserva, que consiga repor todo o equipamento de incêndio e saúde que necessitamos. -----

----- Assim sendo, e porque gostaríamos de nesse dia ofertar à Associação uma ambulância, já que as que actualmente possuímos passam mais tempo nas oficinas que no Quartel, solicitamos a V. Ex.ª uma ajuda para essa aquisição e que a prenda se torne uma realidade. -----

----- Estamos certos que dentro das possibilidades desta Câmara Municipal e sobretudo contando com a dedicação que nutre pelos seus bombeiros, o nosso pedido será atendido.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor total de 55.500,00€ (cinquenta e cinco mil e quinhentos euros), sendo 45.858,00€ (quarenta e cinco mil oitocentos e cinquenta e oito euros) para aquisição de uma ambulância, 2.542,00€ (dois mil quinhentos e quarenta e dois euros) para equipamento (Torre) e 7.100,00€ (sete mil e cem euros), para a realização de obras de requalificação do Quartel.** -----



**DIVISÃO ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS**

**Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de
Imóveis – Exercício do Direito de Preferência**

----- 5 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “Para os devidos efeitos, junto remeto a V. Ex.^a os atos celebrados no mês de janeiro de 2016, pelos diversos Serviços de Notariado, com vista a permitir o exercício de direito de preferência sobre os prédios, nos termos do artigo 55º do Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões, aprovado pelo Decreto-Lei nº 287/2003 de 12 de Novembro.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, não exercer o direito de preferência.** -----

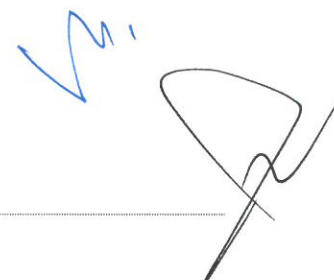
Serviços de Tesouraria

Resumo dos Fluxos de Caixa de 02 a 10 de fevereiro de 2016

----- 6 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa de 02 a 10 de fevereiro de 2016, o qual apresenta os seguintes valores: -----

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA				Data:	10/02/2016
Recebimentos			Pagamentos		
Saldo do dia anterior:		160 230,75	Despesas Orçamentais (*)		364 606,29
Execução orçamental	154 540,37		Correntes	323 409,97	
Operações de tesouraria	5 690,38		Capital	41 196,32	
			(*) Compromissos	5 237 707,04	
Receitas Orçamentais		627 984,58	Operações de tesouraria		36 614,62
Correntes	587 606,71		Saldo para o dia seguinte:		417 960,54
Capital	40 377,87		Execução orçamental	417 918,66	
Operações de tesouraria		30 966,12	Operações de tesouraria	41,88	
Total		819 181,45	Total		819 181,45

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----



DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

**Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no
artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto – Requerente:
Deolinda Maria Novais Camilo – União de Freguesias de
Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane**

----- 7 – Presente à reunião requerimento da Senhora Deolinda Maria Novais Camilo, na
qualidade de proprietário, a solicitar a emissão de certidão nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da
Lei nº 91/95, de 2/9, alterada pela Lei nº 64/2003, de 23/08, para efeitos de celebração de uma
escritura de partilha. -----

----- Sobe com informação dos Serviços Técnicos, com o seguinte teor: -----

----- “1. INTRODUÇÃO -----

Através do requerimento supra identificado, a Sr.ª Deolinda Maria Novais Camilo na qualidade de
proprietária, solicita a emissão de parecer favorável a que se refere o artigo 54.º da Lei 91/95, de
2 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de Agosto, para instruir a
escritura de partilha dos prédios que passo a descrever: -----


----- Prédio rústico, sito no lugar de S. Gens, com a área de 749 m2, inscrito na matriz predial sob
o artigo 42-B, da freguesia de São João de Lobrigos (extinta), descrito na Conservatória do
Registo de Santa Marta de Penaguião sob o n.º 299; -----

----- Prédio rústico, sito no lugar de Cortiços ou Colmeiras, com a área de 1405 m2, inscrito na
matriz predial sob o artigo 222-B, da freguesia de São João de Lobrigos (extinta), descrito na
Conservatória do Registo de Santa Marta de Penaguião sob o n.º 1138. -----

----- 2. PARECER -----

----- 2.1. Enquadramento do pedido na Lei -----

----- De acordo com o disposto no nº 1 do artigo 54º da Lei nº 91/95, de 2/9, alterada pela Lei nº
64/2003, de 23/08, sob a epígrafe “Medidas Preventivas”, “a celebração de quaisquer actos ou
negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de
compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer
favorável da câmara municipal da situação dos prédios”. -----



----- Também, de acordo com o que se encontra estabelecido no nº 2 do mesmo artigo, o “parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o acto ou negócio visa ou dele resulte parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana”. -----

----- 2.2. Enquadramento do prédio nos Instrumentos de Planeamento Territorial -----

----- Tendo em conta a demarcação constante na planta de localização à escala 1/10.000, apresentada pela interessada e de acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal, cujos, extratos se encontram anexos, os prédios rústicos a que se reporta o pedido em questão, localizam-se: -----

Artigo	Plano Vigente	Classificação de acordo com as plantas
42-B	PDM	O prédio rústico insere-se em Espaços Agrícolas
222-B	PDM	O prédio rústico insere-se em Espaços Florestais de Conservação

----- 2.3. Especificidades do pedido -----

----- De acordo com o pedido em questão, pretende o requerente constituir compropriedade na proporção ½ indiviso nos prédios rústicos infra para cada um dos seguintes: João Carlos Novais da Silva e Ana Maria Novais da Silva Monteiro-----

----- 3. PROPOSTA DE DECISÃO -----

----- Considerando que o pedido tem em vista a celebração de uma escritura de partilha, visando a constituição de compropriedade no artigo 42-B e 222-B, sem parcelamento físico, situação diferente daquela que a Lei pretende salvaguardar nos termos do nº 2 do artigo 54º (parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos). -----

----- Estes serviços técnicos são de entendimento que, o pedido formulado não se enquadra no âmbito das medidas preventivas que o artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23/08, pretende abranger, pelo que é passível de ser atendido favoravelmente, propondo-se ao Executivo Municipal que emita parecer favorável à constituição de compropriedade requerida. -----

----- Considerando que o requerente solicita a emissão de certidão, propõe-se que a mesma seja emitida de acordo com o presente parecer técnico.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer favorável, nos termos da informação dos serviços.** -----

**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DEPORTO AÇÃO
SOCIAL E TURISMO
Serviço de Desporto**

**Grupo Cultural e Desportivo de Sever – Programa de
Desenvolvimento Desportivo – Época 2015/2016**


----- 8 – Presente à reunião ofício do Grupo Cultural e Desportivo de Sever, registado com o n.º 310, de 12 de fevereiro de 2016, a apresentar o Programa de Desenvolvimento Desportivo – Época 2015/2016, na modalidade TAEKWONDO. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 3.000,00€ (três mil euros), nos termos da alínea o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.** -----

----- E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, em minuta, nos termos e para os efeitos consignados no artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 11:00 horas. -----

O Chefe de Divisão,

(António Augusto Amaral Sequeira)

O Presidente Câmara,

(Luís Reguengo Machado, Dr.)